

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

No dia 03 de abril de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, deu-se início a **66ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo (CT-ECLET)**, na modalidade aberta e transmissão pelo YouTube, com abertura pela coordenadora Mariana Rodrigues da Costa Neves, conforme relatado na sequência. A reunião ocorreu no formato presencial na cidade de Vitória – ES, e os participantes estão listados abaixo. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos principais debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação 7 do Comitê Interfederativo. O evento foi gravado e está disponível na íntegra em mídia digital para consultas de eventuais interessados.

Dos participantes membros, registro: Ana Paula Trindade Gomes (IEPHA-MG); Antônio Áureo do Carmo (Secretaria de Esporte de Rio Doce); Betinna Almeida de Tassis (Secretaria de Turismo-GV); Caíque Lima Vasconcelos (SEE-MG); Gustavo Leite (SETUR-Mariana); Isabella Muniz Barbosa (IJSN-ES); Jadilson Lino de Oliveira Gomes (CRQ Degredo); Liceliana Souza de Jesus (A. Aracruz- ES); Luciano Rodrigues (Secretaria de Cultura - Barra Longa); Ludmila Endringer (SEDU-ES); Luiz Filipe Cizilio Freitas (SEMAD-Mariana); Mariana Rodrigues da Costa Neves (SECULT-MG); Patrícia Bragatto Guimarães (SECULT-ES); Vanda Meire Costa Freitas (Secretaria de Educação-Belo Oriente); Tânia Guimarães (FLACSO), Claudia Laureth Faquinotte (FLACSO).

Dos participantes convidados, registro: Eduardo Malini (FR); Felipe Moura de Andrade (FR); Janine Silva C. Luchesi (FR); Júlia Oyamaguchi Pinheiro de A. Moreira (Colaboradora-MG); Giani B. Veronez (FR); Maria Cristina Aires (FR); Márcio Freitas (Colaborador - ES); Natália de Oliveira Ferreira (EY); Carolina Lanes Guardiola (ATI ASPERQD); Damiana Paolo Gomes Rocha (ATI ASPERQD).

Abertura: A coordenadora Mariana fez uma acolhida dando as boas-vindas aos presentes e uma rodada de apresentações, acolhendo os membros e convidados da CT-ECLET.

1. Informes Gerais

Pauta	Discussão
1.1 - Aprovação da Ata da 65ª RO da CT-ECLET.	A ata da 65ª Reunião Ordinária Aberta da CT-ECLET foi colocada em votação. Aprovada, sem objeções dos membros e da Fundação Renova, a ata será assinada pela coordenação e será enviada à Secex para publicação na página do Ibama/CIF.
1.2 – Alterações no calendário das reuniões ordinárias da CT-ECLET.	A sra. Mariana esclareceu sobre a necessidade de adequar o calendário das reuniões ordinárias da CT-ECLET a partir da alteração feita para a realização da reunião de abril. Informou que devido ao feriado do dia 01/05, alguns membros solicitaram remanejar as datas da próxima RO, por esta razão, foi transferida do dia 02 e 03 de maio para os dias 09 e 10 de maio, na cidade de Belo Horizonte – MG. Alterações futuras, se necessárias, serão analisadas posteriormente.

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

2. PG-33 Programa Ambiental para a Revitalização da Bacia do Rio Doce

Pauta	Discussão
<p>2.1- Informe sobre a conclusão da parceria entre a FR e o Centro de Formação Francisca Veras. Responsável: FR;</p>	<p>O sr. Malini informou que a parceria da FR com o Centro de Formação Francisca Veras foi formalizada no dia 31 de janeiro de 2020, após processo de diálogo com a CT-ECLET, e logo depois surgiu o cenário pandêmico, sendo necessário um replanejamento para que as atividades pudessem ser desenvolvidas nos reassentamentos atendidos pelo projeto. Em julho de 2022 foi assinado um termo aditivo e estabelecida uma nova parceria, com aprovação da CT-ECLET, para a realização de um curso técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia.</p> <p>Foi compartilhado um vídeo que sintetiza a trajetória desse projeto, e que pode ser acompanhada, de forma mais didática e lúdica, pelo link: https://drive.google.com/file/d/1CSBA38GaFKiJrizuQ7zxPEeox54zBuPK/view?usp=drive_link.</p> <p>O sr. Malini compartilhou que o vídeo foi feito no dia da formatura dos alunos do curso técnico em Agropecuária, com ênfase em Agroecologia, gravado no dia 24 de fevereiro, no assentamento Oziel Alves, em Governador Valadares, e foi uma culminância do projeto realizado em parceria com o Instituto Federal do Sul de Minas para fazer a certificação, pois é um curso técnico em nível médio, na modalidade subsequente, e o Centro de Formação Francisca Veras não certifica os cursos. O plano de trabalho previa 100 vagas para o curso de formação de formadores, e foram formados 225 formadores. Previa a formação de 1.000 assentados em formação agroecológica e foram formados 1.216 assentados, e 39 formados em curso técnico em agroecologia. Essa parceria está em fase de encerramento, e a documentação final está sendo produzida para futura apresentação para a CT-ECLET.</p> <p>O sr. Caíque questionou se foi enviado um convite para a participação da CT-ECLET nessa formatura, porque a CT não foi comunicada sobre esse evento.</p> <p>A coordenadora Mariana reforçou com a FR sobre a necessidade de comunicar os eventos para que a CT-ECLET delibere sobre a sua participação nas atividades realizadas, dada a importância do acompanhamento pelos membros desta câmara técnica, especialmente quando for encerramento de projetos.</p> <p>A sra. Ludmila informou que no evento de Formatura dos alunos do Curso Técnico em Agroecologia, realizado pelo CEFORMA em parceria com o IFES de Santa Teresa, a CT ECLET foi convidada e teve participação no evento.</p> <p>O sr. Jadilson sugeriu que seja encaminhada para a CT-ECLET a prestação de contas desse projeto, especialmente porque houve a aprovação de um aditivo ao</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	<p>contrato original em 2022. E caso exista algum recurso remanescente, que seja informado para a câmara técnica. Lembrou a deliberação do CIF de dezembro de 2023, que destinou um recurso para essa finalidade e questionou se é para essa parceria.</p> <p>O sr. Malini confirmou a aprovação do aditivo em 31 de janeiro de 2020, iniciando as atividades em fevereiro do mesmo ano, sendo uma parceria firmada com a FR, e sendo uma parceria, a FR faz o primeiro adiantamento do recurso. Explicou que todo o recurso é liberado a partir da execução financeira, e esclareceu que nessa forma de parceria, os recursos não utilizados permanecem com a FR. Sobre o projeto apresentado ao CIF em dezembro de 2023, que resultou na Deliberação nº 752, informou que é a continuidade da fase 2 desse projeto, lembrando que até junho de 2023 havia uma parceria com o Centro de Formação Maria Olinda, para a formação nos territórios do Espírito Santo para a fase 1. Em dezembro foi apresentada a possibilidade da continuidade desse projeto com a execução da fase 2, conforme Deliberação 752, de dezembro de 2023. Após os esclarecimentos, ficou pactuado que será encaminhado o relatório final da parceria, e não a prestação de contas.</p>
<p>2.2 - Devolutiva da CT-ECLET sobre a proposta de revisão de indicadores do PG33. Responsável: CT-ECLET.</p>	<p>A sra. Mariana informou que a CT-ECLET recebeu um ofício da FR solicitando a revisão dos indicadores do PG-33, e sinalizou sobre a possibilidade de fazer a revisão dos indicadores junto com a revisão do Programa 33.</p> <p>O sr. Caíque registrou que a FR tem solicitado reiteradamente, por meio de ofício a revisão dos indicadores. Informou que o GT-33 se reuniu para debater a pauta dos indicadores, e foram feitos alguns apontamentos, sendo que as modificações propostas pela FR não seriam tecnicamente viáveis, pois solicitavam a alteração de alguns indicadores fim para indicadores meio. Concomitantemente foi combinado no ano passado que essa revisão dos indicadores fosse feita junto com a revisão do PG-33, prevista para 2024. Sugeriu para a FR enviar para a CT-ECLET uma minuta de revisão do PG-33, até junho de 2024, para que o GT-33 proceda à revisão do documento de revisão do programa.</p> <p>O sr. Malini registrou que em 2021 foi feita a revisão do documento, e fez uma reflexão sobre a proposta para a FR fazer essa minuta, considerando que a forma de revisão feita em 2021 foi produtiva, tendo sido feita em conjunto entre FR e GT-33.</p> <p>O sr. Jadilson registrou que na Deliberação 549, que aprovou a revisão do programa, determina no item "2. A Fundação Renova deve apresentar, com base na versão do Programa aprovado, a nova versão do documento "Projetos Executivos", em até 120 dias após avaliação conjunta da CT-ECLET e Fundação quanto aos itens necessários de atualização". Sugeriu que quando for enviada a</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	<p>minuta da revisão do programa, que sejam também enviados os documentos citados na Deliberação Nº 549.</p> <p>O sr. Luiz propôs que, considerando o tempo transcorrido desde a publicação da Deliberação 549, que a FR envie essa documentação para a CT-ECLET até a próxima reunião ordinária</p> <p>A sra. Mariana registrou que são duas entregas a serem feitas pela FR, uma entrega referente aos documentos citados na Deliberação 549 até a próxima reunião ordinária. A outra entrega é um escopo inicial do PG-33 para que se inicie o processo de revisão do programa para, posteriormente, ser feita uma revisão conjunta entre FR e CT-ECLET.</p> <p>A sra. Mariana esclareceu que a equipe do GT-33 irá fazer a análise da minuta do PG-33 e elaborar o documento final em conjunto com a FR.</p> <p>Sobre os documentos relacionados à Deliberação 549, o sr. Malini esclareceu que o documento citado no item 3 da Del. 549 já foi encaminhado para a CT-ECLET no ano passado, e que gerou a Nota Técnica da SECEX-ES apresentada ao CIF em dezembro de 2023. Sobre os Projetos Executivos, esclareceu que vem sendo debatido há algum tempo, e questionou quais as informações que os planos de trabalho não trazem e que precisam ser apresentados nos Projetos Executivos. Registrou que essa pauta nunca foi concluída nos debates ocorridos com a CT. Esclareceu que no entendimento da FR é preciso identificar os itens que não estão contemplados no Plano de Trabalho.</p> <p>O sr. Jadilson ponderou que a FR precisa atender à Deliberação 549, porque fica configurado o descumprimento do item 2 da referida deliberação. Solicitou que seja apresentado pela FR todos os esforços para o cumprimento deste item da deliberação, caso contrário será encaminhado ao CIF uma notificação do descumprimento da Deliberação 549. Registrou que precisa ser apresentado para a CT-ECLET, pela FR, as evidências do cumprimento do item 2.</p> <p>O sr. Malini registrou que no entendimento da FR, os planos de trabalho cumprem a função dos projetos executivos e, portanto, não existe um descumprimento deliberado da referida deliberação. Reforçou a necessidade da CT-ECLET definir quais informações não estão contempladas no plano de trabalho.</p> <p>O sr. Luiz reforçou que a solicitação da CT-ECLET é que sejam enviadas as evidências documentais relacionadas ao cumprimento do item 2 da Deliberação Nº 549.</p> <p>A sra. Mariana solicitou da FR o envio dos documentos mencionados na Deliberação Nº 549, em 30 dias.</p>
Encaminhamento: 66.2.1	A Fundação Renova deverá apresentar na RO de maio os documentos referentes ao cumprimento do item 2 da Deliberação Nº 549.

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

Encaminhamento: 66.2.2	A Fundação Renova deverá apresentar na RO do mês de junho uma minuta para a revisão do documento de definição do PG-33.
-------------------------------	---

3.PG-13 Programa de Qualidade de Vida e do Turismo	
Pauta	Discussão
<p>3.1- Encaminhamento da CT-ECLET, solicitando para a EY uma apresentação sobre o relatório da auditoria externa do Edital Doce em seus 3 ciclos. Responsável: CT-ECLET;</p>	<p>A sra. Mariana solicitou para a Auditoria Externa, a EY, uma apresentação dos relatórios dos ciclos 1, 2 e 3 do Edital Doce, na reunião ordinária a ocorrer nos dias 9 e 10 de maio, na cidade de Belo Horizonte. Solicitou que a apresentação seja enviada para a CT-ECLET uma semana antes da reunião.</p> <p>Para a FR, solicitou a apresentação da prestação de contas para os 3 ciclos do Edital Doce.</p> <p>A sra. Mariana citou o Ofício FR.2024.0368, propondo o início dos trabalhos da FR com o GT-13 para alinhamento da proposta do Edital Doce, 4ª Edição. Registrou que antes de dar continuidade aos trabalhos para a 4ª Edição, é necessário que a FR apresente uma prestação de contas para os 3 ciclos do Edital Doce já executados ou em execução, na próxima reunião ordinária.</p> <p>A sra. Natália, representante da EY, concordou com a apresentação e perguntou se a apresentação será feita na reunião ordinária ou extraordinária, e se será com base no relatório de acompanhamento emitido em fevereiro, ou se uma apresentação com tudo o que já foi emitido do Edital Doce.</p> <p>A sra. Mariana confirmou que será na próxima reunião ordinária, fazendo uma apresentação mais detalhada para dar esclarecimentos sobre o Edital Doce antes de iniciar as tratativas para a 4ª Edição. Solicitou que seja enviada para a CT-ECLET, com uma semana de antecedência, a apresentação a ser feita para análise dos membros. Questionou a FR sobre a possibilidade de fazer a prestação de contas dos 3 ciclos do Edital Doce, o que foi confirmado pelo sr. Felipe, que esclareceu que será apresentado um status do ciclo 1 e ciclo 2. Sobre o ciclo 3, como ainda não está concluído, será feita uma apresentação com o que já foi executado.</p> <p>O sr. Luiz registrou que ontem chegou ao conhecimento da CT-ECLET informação sobre o Edital Doce, mas vinculado ao PG-12, que está publicado no site da FR.</p> <p>O sr. Felipe esclareceu que a FR estabeleceu internamente um procedimento para publicação dos editais, mas que será feita a mudança de nomenclatura para não gerar dúvidas nos territórios.</p>
<p>3.2 - Cronograma de ações e prestação de contas parciais dos projetos do PG-13 que já</p>	<p>A sra. Mariana solicitou a apresentação da FR, visto que é preciso uma atualização do PG-13.</p> <p>O sr. Felipe iniciou a apresentação informando que irá passar por cada projeto,</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

foram executados para monitoramento e análise dos municípios. Responsável: FR;

visualizando os avanços físicos e financeiros. E a apresentação pode ser acessada pelo link: https://drive.google.com/file/d/13Col4QSh0vcrOiL2nx7cKVGctj9teZPM/view?usp=drive_link

No Eixo 1 - **Diagnóstico e Avaliação de Impacto em Turismo, Cultura, Esporte e Lazer**, foram realizados 46 diagnósticos de impacto para os 39 municípios citados no TTAC. Esclareceu que inclui os municípios que são um ponto de dissenso entre o CIF e FR, que são os municípios de Ponte Nova, Sooretama, Serra, Fundão, Aracruz, São Matheus e Conceição da Barra. Esclareceu sobre os critérios definidos para a classificação de impacto, e que esse trabalho já está concluído, sendo que essa ação é reparatória e foi realizada por três consultorias contratadas. Informou que a solicitação agora é pelo encerramento de cláusula. Registrou que o desafio encontrado é que não foram definidos os valores para as ações compensatórias e reparatórias.

No Eixo 2 - **Promoção e Recuperação da Qualidade de Vida**, esclareceu que existe uma sinergia com o eixo do turismo e destacou que o primeiro projeto "**Fortalecimento das Relações Comunitárias**", atende às organizações que estão nas comunidades, que precisam ser fortalecidas para permanecerem no território, com recursos reparatórios, e que está na 2ª edição. Destacou a diferença existente entre a cláusula 103 e 104, sendo que na cláusula 103 os itens têm um conjunto de orientações do que **deve** ser feito, e na cláusula 104 o caput determina o que **precisa** ser feito. Destacou a mentoria e o caráter pedagógico do projeto, que atua com a formação para a gestão do negócio e a prestação de contas, com dois indicadores relacionados. Destacou que 80% das instituições que se inscreveram e concluíram a formação, 90% precisam implantar a iniciativa. Relatou como é feita a rodada de negócios, que tem por finalidade fortalecer uma rede entre os parceiros. O desafio é a consolidação das organizações atuarem em rede. O **Projeto "Fortalecimento Institucional para a Cultura e Esporte"** surgiu por uma solicitação da CT-ECLET, considerando ser um desafio das políticas públicas nessa área. Informou que o objetivo é o fortalecimento do sistema municipal de cultura e esporte, relacionado à cláusula 103-d e 103-f, sendo o recurso compensatório. A meta é que 100% das organizações que aderirem ao projeto façam a capacitação, sendo que a principal entrega é a capacitação de agentes públicos e mentoria. Destacou que o principal desafio foi a adesão de 38%, considerada baixa, mas considerando que ocorreu em período pandêmico. O projeto será reaberto em junho de 2024. Sobre o **Projeto de Incentivo à Leitura**, o sr. Felipe destacou a importância desse projeto, considerando a importância das bibliotecas públicas e a acolhida dos gestores públicos para esse projeto. Detalhou os dados do projeto, cujo objetivo é promover a modernização de bibliotecas públicas municipais. Está relacionado à cláusula 103-e, com recursos compensatórios, tendo por estratégia as capacitações com foco em gestão para os funcionários das bibliotecas,

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

disponibilização de equipamentos, acervos e pequenos reparos. As principais entregas são a capacitação de 96 funcionários públicos dessas bibliotecas, a elaboração de 32 planos de melhoria e a implementação de 32 planos de melhoria. O desafio deste projeto é assegurar o plano de uso comunitário das bibliotecas, com a consolidação de rede de bibliotecas. Destacou que são aproximadamente 20 bibliotecas já concluídas e aproximadamente 11 bibliotecas a serem concluídas. Informou sobre a realização de um encontro para incentivar uma rede efetiva, e que já ocorreu em Mariana, mas a intenção é fazer um novo encontro. Em relação ao **Projeto de Recuperação da Pesca Esportiva**, destacou que é um projeto que funciona com muita qualidade, e que foi necessário rodar os territórios para identificar os locais com potencial para a pesca esportiva. Registrou que ao longo do trabalho foi identificada a possibilidade de relacionar a pesca ao potencial turístico. Informou que é um projeto de cunho reparatório e compensatório, e que a estratégia foi contratar uma consultoria para realizar o torneio de pesca esportiva e realizar as capacitações. O projeto está relacionado às cláusulas 103-h, 104-f e 104-g e tem como principais entregas a realização de 03 torneios de pesca esportiva em Governador Valadares e Linhares, e a capacitação para os condutores de pesca. O principal desafio é a consolidação dos torneios e engajamento das instituições locais para a continuidade das ações. A conclusão do projeto está prevista para agosto de 2025.

A sra. Betinna relatou como tem sido importante esse projeto para a calha do rio Doce e parabenizou a FR pelo excelente trabalho que está sendo desenvolvido nos territórios.

O sr. Felipe esclareceu que o torneio ocorre em Governador Valadares e Linhares, mas a capacitação é para todos os municípios integrantes desse projeto. Sobre o **Projeto de Incremento de Infraestrutura**, o sr. Felipe registrou que as cláusulas relacionadas são as 103-a e 103-b, sendo o projeto de cunho reparatório e compensatório. Como estratégia de trabalho foi contratada uma empresa para reforma ou construção. O indicador desse projeto é o indicador 103, e destacou que as principais entregas são o Estádio de Colatina, Playground de Povoação e de Regência, Projetos da Foz, revitalização da Praça Gomes Freire em Mariana, e Parque urbano de Rio Doce. Como desafio registrou a entrega do parque Urbano de Rio Doce e a requalificação de 01 equipamento público em Regência e 01 em Povoação. Esclareceu que em Rio Doce existe um grande desafio em relação à área para a construção do parque, mas que as tratativas com o município estão em andamento. Sobre Regência e Povoação, informou que ocorreram alguns problemas, mas que as tratativas serão retomadas. A previsão de conclusão é novembro de 2025. Registrou que nesses três municípios será debatida a possibilidade da transferência da obrigação de fazer para a obrigação de pagar.

O sr. Jadilson questionou sobre o Parque Urbano de Rio Doce, se é recurso

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

compensatório ou reparatório. O sr. Felipe informou que o recurso é reparatório, conforme cláusula 104-b.

O sr. Antônio questionou como está o andamento do parque em Rio Doce. O sr. Felipe esclareceu que tem um problema fundiário que precisa ser resolvido, pois o terreno tem proprietários distintos, sendo que no estágio atual é preciso resolver o problema fundiário e de licenciamento para o projeto, sendo preciso ser aprovado na Governança interna da FR. Em relação ao **Projeto Edital Doce**, o sr. Felipe explicou que o projeto nasceu em ação conjunta entre a FR e a Câmara Técnica, mas que em algum momento na execução do projeto surgiram conflitos que precisam ser resolvidos entre FR e Câmara Técnica para a continuidade do projeto, já na 4ª Edição, e a proposta é um trabalho conjunto, com definição de cronograma de reuniões entre FR e CT-ECLET para alinhar as ações, com a publicação da 4ª Edição do Edital de forma a garantir a transparência, informações com qualidade, alinhamento com as políticas públicas, de forma a garantir uma entrega com qualidade, com projetos mais sustentáveis para garantir a perenidade dos projetos nos territórios. Informou que as principais entregas do Edital Doce são: 1ª Edição - 202 projetos apoiados em 2019 e 2020. 2ª Edição - 230 projetos apoiados em 2022. 3ª Edição - 249 projetos apoiados em 2023, que ainda estão em execução. Registrou que a 4ª Edição será acompanhada por ele, mesmo com a possibilidade da chegada de um novo coordenador para esse projeto. **No Eixo 3, Fomento ao Potencial Turístico**, o sr. Felipe destacou que o **Projeto de Fortalecimento Institucional para o Turismo** é um projeto de gestão e capacidade de planejamento conforme a política pública dos municípios, e abrange os quatro municípios polos: Governador Valadares, Mariana, Marliéria e Linhares. O Projeto está concluído e é relacionado à cláusula 103-b, com recursos reparatórios. Esclareceu que para a execução desse projeto, foi contratada uma consultoria e os principais desafios são o entendimento sobre os municípios complementares e o encerramento da cláusula. Destacou que esse projeto trabalhou com um conceito de turismo adotado pelo Governo de Minas Gerais, em 2019, sendo um conceito de regionalização turística. Explicou como foram definidos os 3 municípios polos e, posteriormente, a inclusão de Governador Valadares com base em argumentos técnicos defendidos pela CT-ECLET, e registrou que houve uma falha no início do processo porque não foram definidos os municípios complementares, o que foi feito posteriormente, quando cada município indicou os seus municípios complementares, e citou a indicação de Marliéria, que indicou 2 municípios complementares. Destacou que é preciso um debate para pacificar a questão dos municípios polos.

A sra. Mariana considerou que deve ser retomado o debate sobre os municípios complementares, considerando a metodologia já adotada e considerando o mapeamento já adotado no Estado de Minas Gerais. O sr. Felipe reforçou a

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

urgência desse debate para tentar avançar com esse projeto.

O sr. Antônio registrou que o Edital Doce trouxe propostas e projetos que foram apresentados e deram certo, mas alguns tiveram a expectativa de continuidade do projeto. A percepção das pessoas nos territórios é de que a FR está fazendo a sua propaganda, e surgem muitas tensões nos territórios por conta dos critérios de seleção, que não ficam muito bem compreendidos por quem está na ponta, porque alguns projetos se repetem, não surgindo novas propostas. O sr. Felipe esclareceu que houve uma renovação considerável na última edição, e que os critérios poderão ser revistos na elaboração do edital na sua 4ª edição. Explicou sobre os níveis de impacto dos municípios e o projeto que o município recebe está relacionado ao nível de impacto e potencial turístico, sendo esta a metodologia que definiu os 4 municípios polos e os dois municípios complementares. Sobre o **Projeto de Incremento de Infraestrutura** informou que é um projeto único da Estrada Real, cujo objetivo é a sua reparação no trecho impactado e a promoção do programa da Estrada Real. O projeto está em andamento e é relacionado à cláusula 103-g e 104-e, sendo o recurso de cunho reparatório. A sra. Mariana informou que no Governo de Minas, a Estrada Real é muito importante porque é o principal produto, tendo uma visibilidade internacional muito grande. O sr. Felipe informou que é um produto estratégico para Minas Gerais, e que pode ser pensado na nova concepção, retomar a Estrada Real como projeto, e não como subprojeto. A sra. Mariana esclareceu que esse projeto está sob a responsabilidade da FIEMG, mas que pode ser discutido no âmbito da CT-ECLET E FR o novo escopo do projeto. O sr. Felipe esclareceu que será retomado o debate, inclusive sobre a roteirização, em parceria com a CT-ECLET. Sobre o **Projeto Empreendedorismo Turístico**, o projeto está relacionado à cláusula 104-a, e tem interface com o Programa 19 e o Programa 18, e não houve avanços com essas interfaces. Informou que o projeto está paralisado pelas Deliberações 652 e 762 do CIF, e que o recurso é de natureza reparatória. Esclareceu que a estratégia do projeto está sendo elaborada e precisa ser construída em conjunto com a CT, e a meta é formar 95% dos empreendedores. Tem como principais entregas a capacitação e missões e o desafio é a aprovação da nova estratégia pela CT e o CIF. A previsão de término é novembro de 2025. O senhor Felipe registrou que tem algumas ações em andamento, mas que a maior parte das ações do projeto estão paralisadas. O **Projeto Promoção do Destino**, tem interface com o projeto de **Fortalecimento Institucional para o Turístico**, o que é um dificultador quando a etapa de um programa é diferente da etapa do outro programa da interface. Sugeriu transformar em um projeto para não depender dos outros programas. Destacou que o objetivo é a recuperação da imagem e promoção dos municípios polos. A estratégia de execução está em debate e o projeto está relacionado à cláusula 104-c. O recurso é de natureza reparatória e a estratégia ocorre por meio

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	<p>de edital, apoio técnico, roteirização e Promoção do Destino Turístico. A meta a ser alcançada é de 90%, e as entregas estão em revisão. O desafio é a aprovação da nova estratégia e a realização do repasse conforme os planos de trabalho dos municípios polos. Apresentou o Draft22, que é plurianual, detalhando os percentuais físico financeiro de cada projeto, conforme planilha apresentada no slide de número 16 da apresentação contida no arquivo do link acima disponibilizado. Esclareceu que no Programa 13 os recursos são reparatórios e compensatórios.</p> <p>A coordenadora Mariana agradeceu a apresentação e a disponibilidade da FR, considerando a importância de conhecer o status dos projetos do PG-13 para dar andamento aos trabalhos e viabilizar os recursos em tempo hábil.</p> <p>A sra. Patrícia considerou que por ser ano eleitoral, pode acontecer uma baixa adesão também na segunda etapa do Projeto de Formação dos Gestores Públicos, previsto para junho de 2024, sendo uma situação que impacta muito na adesão, conforme ocorreu na primeira etapa.</p> <p>A sra. Mariana registrou que, segundo orientação do IAJ, não tem vedação eleitoral quando os recursos são passados pela FR. Esclareceu que se for execução da FR, eles podem continuar executando normalmente. Só existe vedação se for execução do município.</p> <p>O sr. Luiz lembrou que havendo troca de gestão, pode acontecer a troca de gestão e troca de possíveis membros. Sugeriu que essa ação pode ser planejada para discutir na RO de novembro de 2024, ou janeiro de 2025.</p> <p>A Sra. Mariana sugeriu atualizar essa data no cronograma que será atualizado quando for realizada a revisão do documento de definição do PG-13.</p> <p>A sra. Betinna sugeriu potencializar mais as rodadas de negócios nos municípios, pela importância dessa ação. A sra. Giani esclareceu que as rodadas de negócios serão realizadas por polo, em datas que serão compartilhadas posteriormente. Registrou que é importante contar com o apoio das prefeituras para a mobilização local, com mentorias virtuais e presenciais.</p> <p>A sra. Vanda questionou sobre os recursos destinados aos dois municípios que não aderiram ao projeto de Incentivo à Leitura, que foram Resplendor e São Pedro dos Ferros. E como foram aplicados esses recursos. O sr. Felipe esclareceu que foi realizado um prêmio de boas práticas em Mariana, no ano passado, com esse recurso, e que terá um outro prêmio de boas práticas nesse ano. A sra. Betinna fez um depoimento sobre a importância desse projeto em Governador Valadares.</p>
<p>3.3 - Retorno do IAJ sobre a execução do Projeto de Fortalecimento do Turismo nos municípios polos.</p>	<p>A sra. Mariana compartilhou com os presentes que na última reunião do CIF foi feito um encaminhamento para que a CT-ECLET fizesse uma consulta à Instância de Assessoramento Jurídico - IAJ, para saber sobre a possibilidade de execução das</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

Responsável: CT-ECLET;

ações do Projeto de Fortalecimento do Turismo pelos municípios polos, considerando que ocorreu o cancelamento do contrato com a Consultoria Moore, sendo necessário saber se há óbice para que os recursos sejam executados pelos municípios polos, considerando a vedação eleitoral. Informou que, conforme observado na reunião com a IAJ, não há nenhum impedimento para o andamento dos projetos considerando a vedação eleitoral, pois a FR não é um ente público, e os projetos executados por ela podem ter continuidade. Questionada pela FR se os planos de trabalho estão sendo feitos por município, esclareceu que é um plano para os quatro municípios polos, conforme acordado.

O sr. Felipe informou que para a contratação da parceria, é necessário um plano de trabalho individualizado, município a município. O sr. Luiz esclareceu que o escopo do plano de trabalho será por município, e os valores a serem repassados, por rubrica, também estão indicados por município.

A sra. Mariana esclareceu que quando o plano de trabalho estiver pronto será dado os devidos encaminhamentos, conforme acordado no CIF. E informou que a IAJ orientou que não existe encerramento de item de cláusula, pois não se encerra cláusulas antecipadas, pois não muda a obrigação, e só é encerrada só quando a cláusula estiver totalmente encerrada.

O sr. Felipe esclareceu que esse projeto não é um item de cláusula, e propôs criar um indicador quando for feita a revisão do PG-13, pois ele não teria como fazer o repasse dos recursos se o projeto não estiver sendo executado. Sugeriu fazer a alteração do indicador para poder avançar e contemplar o encerramento dos indicadores.

A sra. Mariana reafirmou que o encerramento de qualquer item de cláusula só vai acontecer quando toda a cláusula for cumprida, sendo que essa orientação serve para qualquer projeto. Colocou a questão para os membros da CT se posicionarem, e as manifestações foram favoráveis à adequação/alteração dos indicadores quando for feita a revisão do documento de definição do PG-13.

A sra. Betinna questionou sobre a possibilidade de uma parceria entre a CT-ECLET e FR para a elaboração do plano de trabalho dos municípios, para evitar possíveis dificuldades garantindo a qualidade do trabalho, agilizando o tempo para aprovação da CT e do CIF.

O sr. Luiz Filipe considerou que é preciso primeiro construir uma minuta dos planos com os municípios e, posteriormente fazer uma reunião com a FR, para apresentar e fazer os ajustes necessários antes de apresentar para o CIF.

A sra. Mariana registrou que o momento agora é para os municípios elaborarem o plano de trabalho, para que seja respeitado o prazo definido pelo CIF, sendo importante que a execução desse projeto se inicie ainda neste ano.

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

3.4 - Informar sobre a Deliberação 701, que trata da inclusão do município de Jaguaraçu como município complementar a Marliéria. Responsável: GT-13.

A sra. Mariana fez a leitura da Deliberação 701, que determina a *“realização de ações pela Fundação Renova no município de Jaguaraçu/MG, mediante a utilização de recursos compensatórios, como parte do polo turístico complementar de Marliéria/MG, com interlocução do estado de Minas Gerais.”*

A sra. Mariana destacou que como encaminhamento é preciso incluir o município de Jaguaraçu nas ações do projeto, como também a elaboração do diagnóstico do potencial turístico do município, como foi feito nos demais municípios.

O sr. Felipe informou que se a inclusão de Jaguaraçu for feita, isso poderá gerar uma divergência e, muito provavelmente será judicializado, levando mais tempo para ser implementado. Sugeriu como alternativa, a exemplo do que foi feito com o município de Aracruz com a extensão do atendimento à rede estadual e municipal para atender Barra do Riacho. No caso de Jaguaraçu, o município é caminho para se chegar a Marliéria e precisa estar incluído em algumas ações. No processo de revisão do documento de definição do programa será inserido um novo projeto, o **Projeto de Fortalecimento da Regionalização**, onde poderão ser criados mecanismos para atender o município de Jaguaraçu.

A sra. Betinna registrou que na Nota Técnica nº 55 foi colocado que para se chegar a Marliéria é preciso passar por Jaguaraçu, e que considera ser a mesma situação em relação ao município de Timóteo e Ipatinga, que são municípios complementares a Marliéria, fica difícil entender por que não Jaguaraçu. E complementou que ficou determinado na Deliberação 701.

O sr. Felipe propôs fazer uma visita técnica em Jaguaraçu para realizar um inventário turístico, pois o diagnóstico é mais complexo e demorado, não sendo possível porque o município não é município impactado pelo desastre de Mariana.

A sra. Mariana esclareceu que essa deliberação foi pautada porque ela é de julho de 2023, e entende que é preciso definir as formas de inclusão. Considera que o inventário turístico é resolutivo e pode auxiliar na inclusão do município nos projetos do PG-13. Lembrou que na revisão do Programa é possível fazer ajustes no escopo do programa, definindo os municípios complementares e incluindo Jaguaraçu como complementar a Marliéria.

O sr. Felipe registrou que não é possível atender a Jaguaraçu porque não é município atingido e não está no TTAC, mas é possível atender por meio da política pública estadual. informou que pode fazer uma visita de campo em Jaguaraçu, no mês de abril, e trazer algumas possibilidades técnicas para a CT-ECLET

O sr. Caíque reforçou que a CT-ECLET também não quer a judicialização, e em relação à Deliberação nº 701 é necessário ser objetivo e com senso de ação. Se a FR não vai cumprir com o que foi deliberado, é preciso notificar ao CIF.

A sra. Mariana perguntou para a FR se é possível iniciar algumas ações em Jaguaraçu em 2024, e se é possível definir um cronograma entre FR e CT-ECLET.

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	<p>O sr. Felipe esclareceu que não pode garantir ações no município em 2024, mas consegue fazer um inventário turístico sem criar expectativas.</p> <p>O sr. Jadilson registrou que a Deliberação nº 701 foi defendida pelo jurídico e não pelo PG-13. Considerou que ao incluir Jaguarapu seriam utilizados os recursos compensatórios, que deve ser definido pelo CIF. Entende que o encaminhamento hoje deve ser o envio de uma notificação ao CIF por descumprimento de prazo.</p> <p>A sra. Janine esclareceu que em relação à judicialização, o desconforto da FR não é em relação ao cumprimento da decisão judicial, mas em relação à morosidade do processo. Registrou que está entendendo que o posicionamento da FR é para encontrar uma solução técnica para a questão posta.</p> <p>A sra. Mariana propôs algumas alternativas para os membros votarem, sendo: a 1ª alternativa, a FR realizará em abril a visita de campo em Jaguarapu, para elaboração de um cronograma de atuação no município para ser apresentado na próxima RO. Foram 7 votos a favor; a 2ª alternativa é a elaboração de uma Nota Técnica para encaminhar ao CIF a notificação por descumprimento de prazo. Para essa alternativa foram registrados 3 votos, e 1 abstenção.</p> <p>Após votação a sra. Mariana definiu como encaminhamento que a FR deverá apresentar na próxima RO, o cronograma de ações a serem desenvolvidas em Jaguarapu.</p>
<p>Encaminhamento: 66.3.3</p>	<p>A EY fará uma apresentação dos relatórios de acompanhamento dos 3 ciclos já executados ou em execução do Edital Doce, na RO do mês de maio.</p>
<p>Encaminhamento: 66.3.4</p>	<p>A FR fará uma apresentação com a prestação de contas dos 3 ciclos, já executados ou em execução, do Edital Doce.</p>
<p>Encaminhamento: 66.3.5</p>	<p>A FR realizará uma visita técnica ao município de Jaguarapu no mês de abril e elaborará um cronograma das ações a ser enviado à CT-ECLET, acompanhado de informações adicionais sobre a visita técnica realizada no município para ser apresentada na próxima reunião ordinária, em maio. Enviar a documentação para a câmara técnica até o dia 03 de maio de 2024.</p>

4. PG-12 Programa de Preservação da Memória Histórica, Artística e Cultural

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

Pauta	
<p>4.1 - Devolutivas do IAJ sobre os imóveis tombados de Barra Longa. Responsável: CT-ECLET;</p>	<p>A sra. Mariana informou que teríamos a participação da sra. Gerlena, representante do Instituto de Acesso à Justiça-IAJ, mas ela não conseguiu chegar a tempo para participar do debate em decorrência do atraso no voo de Brasília para Vitória. Informou que ela já tinha passado algumas orientações para a CT-ECLET e que será partilhado durante o debate.</p>
<p>4.2 - Apresentação da análise da documentação dos imóveis tombados. Responsável: GT-12.</p>	<p>A sra. Mariana esclareceu que o item 4.2 será apresentado antes do item 4.1. Informou que a documentação foi enviada para a CT-ECLET, conforme solicitado, e foi analisada pelo GT-12, e será apresentada pela sra. Ana Paula, integrante do GT-12 e representante do IEPHA-MG, para debate.</p> <p>A sra. Ana Paula solicitou dois esclarecimentos, sendo um referente ao retorno do Diagnósticos de Referências Culturais, que ficou encaminhado na 65ª que seria feita uma apresentação hoje pela FR, e o outro sobre os imóveis de Barra Longa. A sra. Maria Cristina, representante da FR, informou que ficou encaminhado que seria enviada a documentação para a CT-ECLET no dia 03/04, e que não foi possível entregar esse encaminhamento em tempo pois estava de férias. Informou que até sexta feira os documentos serão enviados. Sugeriu que na apresentação da reunião do CIF no dia 04/04/2024, será apresentada a deliberação de aprovação do diagnóstico e do envio do relatório atualizando o que já foi feito e do planejamento para os meses seguintes. Propôs fazer uma apresentação nos moldes do que foi feito sobre o programa 13 na próxima RO, e solicitou que seja feita uma aprovação parcial pelo CIF, aprovando apenas o diagnóstico e deixando pendente a aprovação do relatório e do planejamento do PG-12.</p> <p>A coordenadora Mariana esclareceu que ficou deliberada na última reunião o envio da documentação pela FR para esta RO, e a apresentação seria feita na RO de junho. Sobre a pauta da Reunião Ordinária do CIF, confirmou que a NT e a minuta de deliberação serão apresentadas ao CIF na reunião de amanhã, e será feita uma aprovação parcial.</p> <p>Sobre a pauta dos imóveis tombados de Barra Longa, a sra. Ana Paula informou que a documentação foi enviada pela Dra. Laura e pela FR, para auxiliar na análise técnica dos imóveis tomados em Barra Longa. Relatou que após a reunião ordinária da CT-ECLET, o PG-12 se reuniu para debater o assunto e esclareceu que a documentação é basicamente dos projetos e toda a documentação que acompanha como planilhas de cálculo etc. inclusive as atas de aprovação dos proprietários e do Conselho de Barra Longa. Sobre os aspectos técnicos para aprovação do projeto, informou que todas as exigências e encaminhamentos técnicos para garantir a preservação e conservação das características dos imóveis foram cumpridas. Mencionou a paralização da restauração dos imóveis foram paralisadas em 2020 e ainda não foram retomadas. Citou as atas das reuniões da</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

CT-INFRA, da CT-ECLET e do MPF evidenciam 10 meses de tratativas no sentido da alteração da obrigação de fazer pela FR pela obrigação de pagar, e considera que a partir desse ponto, não compete mais a análise técnica da CT-ECLET. Mencionou a consulta feita ao jurídico pela coordenação da câmara técnica.

A sra. Mariana informou que a consulta feita ao IAJ foi uma solicitação encaminhada na última reunião do CIF. Partilhou a reunião com o IAJ, quando foi relatado que a FR tem que cumprir com a obrigação de fazer, conforme o que está no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC. Foi considerado pelo IAJ que também não é vantajoso para os proprietários assumirem a obrigação de fazer.

A dra. Laura, representante dos proprietários dos imóveis tombados, se manifestou informando que gostaria de entender melhor os elementos jurídicos para a orientação do IAJ. Informou que o procedimento proposto para a transferência da obrigação de fazer pela obrigação de pagar já vem sendo adotado há algum tempo em outras câmaras técnicas. Sugeriu como encaminhamento realizar uma reunião com ela, representante dos proprietários, o IAJ, a equipe do PG-12, do MPF e do COMPAT para superar a questão jurídica e seguir um caminho definitivo. Entende que o ideal seria evitar a judicialização, mas se a CT-ECLET não conseguir emitir um parecer, pode ser procurado o caminho da judicialização. Esclareceu que os proprietários querem garantir a sua autonomia para reconstrução dos seus imóveis, e que eles devem assumir sua efetiva participação nesse processo.

O sr. Luciano, membro indicado pela prefeitura de Barra Longa informou que o entendimento é que o município é favorável à conversão de fazer pela obrigação de pagar.

A coordenadora Mariana informou que a câmara técnica irá se manifestar ao CIF por meio de Nota Técnica, que será elaborada com todas as informações do IAJ, sendo necessário formalizar esse processo. Questionou se a FR entrou em contato com os proprietários para apresentar alguma resolutiva, ou se apresentou e não foi aceito pelos proprietários.

A sra. Isabella questionou sobre qual a base jurídica dada pelo IAJ para a negativa para o pleito dos proprietários. A sra. Mariana reforçou que é o próprio TTAC, e ressaltou que há o reconhecimento do IAJ da necessidade de encontrar uma proposta alternativa para essa situação, considerando o tempo já transcorrido e a demanda urgente dos proprietários.

A Dra. Laura manifestou sua preocupação com a produção da Nota Técnica a ser enviada ao CIF, e reforçou a sua sugestão para que seja feita uma consulta ao IAJ de forma coletiva. Registrou que a FR teve uma conversa com o assessoramento jurídico do CIF sobre essa pauta, mas ela, como advogada representante dos

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

atingidos não conseguiu realizar essa agenda com a assessoria jurídica do CIF. Considera que o envio da NT irá finalizar a questão. A sra. Mariana esclareceu que não é esse o propósito da Nota Técnica, mas garantir o debate e encontrar uma solução conjunta.

A Dra. Laura reforçou a necessidade de constar em ata que ela não foi convidada para a reunião com o IAJ sobre a pauta dos imóveis tombados em Barra Longa. O sr. Luiz Filipe esclareceu que são instâncias diferentes, informando que a CT-ECLET fez a consulta ao IAJ por orientação do CIF. E a FR solicitou também uma conversa com o IAJ, por iniciativa própria, sem nenhuma participação da CT-ECLET.

A Dra. Laura registrou a necessidade de um debate técnico/jurídico para que seja encontrado um caminho definitivo, pois esse processo está em discussão desde 2016.

A sra. Mariana esclareceu que por esse motivo, é necessária a elaboração da Nota Técnica acima mencionada. Lembrou que não é possível fazer a quitação da cláusula se ocorrer a conversão da obrigação de fazer pela obrigação de pagar.

O sr. Caíque questionou como estão os demais imóveis atingidos em Barra Longa, que não estão tombados, mas fazem parte do PG-12.

A sra. Patrícia lembrou que é preciso informar na Nota Técnica que não haverá quitação de cláusula, mesmo que seja concedida a conversão.

A sra. Mariana registrou que não é possível fazer a quitação da cláusula se ocorrer a conversão da obrigação de fazer pela obrigação de pagar.

O sr. Felipe registrou que considera ser possível encontrar uma solução jurídica em conjunto, em diálogo com todos os envolvidos no debate.

A sra. Mariana voltou a perguntar se a Dra. Laura procurou a FR para fazer alguma negociação.

A Dra. Laura relatou que todo esse processo ocorreu por falta de autonomia dos proprietários, e fez um breve relato após a judicialização, em 2020, quando ocorreu a inclusão indevida desses imóveis no eixo 4. O 1º passo foi procurar o jurídico e a FR para a retirada dos imóveis tombados do eixo 4, o que não ocorreu, pois a FR foi relutante em não retirar os imóveis do eixo 4, que só foram retirados dois anos depois. Registrou que ela procurou a FR após a retirada dos imóveis do Eixo 4, quando foi apresentada pela Fundação a proposta da conversão da obrigação de fazer pela obrigação de pagar, negociação que durou um ano e meio, sendo que a proposta oferecida não foi aceita porque os valores propostos não eram condizentes com o valor de restauro. Relatou que os proprietários contrataram uma empresa de engenharia para fazer a atualização dos projetos e estimativas orçamentárias para conseguir negociar, o que foi apresentado para a CT-ECLET. No final, oito meses depois, a FR desistiu da proposta feita. Registrou

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

que no final do ano foram informados que as obras iriam ser retomadas, sem anuência dos proprietários. Sobre os demais imóveis, a Dra. Laura registrou que são ao todo 12 imóveis, incluindo a igreja, sendo 7 inventariados, e ela é procuradora de 5 inventariados. Registrou que a situação desses imóveis é pior do que os 4 imóveis tombados, e que ainda fazem parte do Eixo 4. Partilhou que os proprietários dos imóveis atingidos em Barra Longa não querem trabalhar com a FR.

O sr. Felipe registrou que os projetos foram elaborados em 2018 e começaram a ser executados em 2019, e logo depois as obras foram paralisadas em virtude da pandemia, e logo após foram judicializadas por 2 anos, sendo que a FR não poderia entrar para executar nenhuma ação por conta da perícia que estava sendo realizada nos imóveis. Esclareceu que foi feita a retirada dos imóveis tombados do eixo 4 em meados de 2022, e no final de 2022 o setor jurídico da FR iniciou uma negociação para a reversão da obrigação de fazer pela obrigação de pagar. Foi retomado o debate e houve um entendimento de que seria possível fazer essa negociação, e, posteriormente, verificou-se que essa estratégia não seria viável juridicamente, considerando o risco identificado no início de todo o processo, de que não seria dada a quitação da cláusula. Em paralelo estava sendo feita a revisão do projeto e aberto um processo concorrencial, para que a FR pudesse atuar. Esclareceu que o cenário desses um ano e nove meses após a retirada do Eixo 4, aproximadamente um ano e meio foi de negociações que contou com premissas jurídicas que foram sendo alteradas no tempo. Do ponto de vista técnico, argumentou que tem um dado de governança que o proprietário não é obrigado a fazer o restauro, sendo essa uma obrigação da FR. Reforçou que a FR e os proprietários não estão em lados opostos, mas precisam encontrar juntos, uma maneira de resolver a situação.

A coordenadora Mariana se posicionou informando que a CT-ECLET tem como encaminhamento a elaboração da Nota Técnica a partir do retorno a ser dado pelo IAJ. E questionou se a FR e a representante dos proprietários teriam outras propostas a serem apresentadas aos proprietários.

O sr. Felipe informou que o posicionamento da FR neste momento, é pela execução das obras. E argumentou que pode ser possível construir uma outra solução, considerando a autonomia dos atingidos e a obrigação da FR, sendo uma alternativa entre a obrigação de fazer ou a obrigação de pagar.

A sra. Mariana questionou para a FR se tem hoje um prazo para análise do documento do IAJ para apresentar uma proposição para a CT-ECLET, sendo necessário fazer um encaminhamento juntos, hoje.

A dra. Laura registrou que não existe a possibilidade das obras serem feitas sem a revisão dos projetos com a anuência dos proprietários e a aprovação do COMPAT.

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

Ressaltou que não vai existir a anuência porque não existe mais a credibilidade por parte dos proprietários em relação à FR. Registrou que não existe interesse dos proprietários na execução. Lembrou que fez uma proposta para a FR em 2020, e a resposta foi que não existe esse tipo de condicionante, contratando uma outra empresa para executar, porque a FR não poderia ser responsabilizada por possíveis problemas com a obra. Ressaltou que já transcorreram muitos anos, sendo que não existe consenso entre as partes envolvidas.

O sr. Luciano registrou que aqueles imóveis não são apenas tijolos, pois o que está em pauta é o resgate do lar desses atingidos e a história de cada um. Sobre a FR, registrou que é possível ser mais proativa em relação a essas obras, apesar das questões jurídicas. Reforçou a necessidade da solução conjunta o mais breve possível.

A sra. Mariana registrou que será produzida a Nota Técnica a ser encaminhada ao CIF, e que irá agendar uma reunião com os envolvidos, conforme proposto. Perguntou se é possível encaminhar, em paralelo, com a FR, a atualização do projeto em 30 dias.

O sr. Caíque registrou que durante todo esse tempo, os imóveis já passaram por uma deterioração, e sugeriu que as empresas a serem contratadas precisam apresentar um atestado de viabilidade técnica. Registrou que é preciso a câmara técnica exigir da FR mais comprometimento com as entregas para a CT-ECLET, sendo que há um senso de urgência nas ações em relação aos imóveis de Barra Longa.

A sra. Mariana esclareceu que a Dra. Laura já apresentou o encaminhamento para a CT-ECLET, sendo que a pergunta feita para a FR é para definir um encaminhamento. Partilhou que está percebendo que não existe muita transparência em relação às informações do PG-12, em especial em relação aos imóveis de Barra Longa, pois até o momento recebemos alguns documentos enviados pelos proprietários e os enviados pela sra. Janine. Questionou para a FR quando será possível entregar para a CT-ECLET um planejamento com cronograma para atualização dos projetos, contratação da empresa para execução das obras, termos de referência, entre outros. Registrou que é necessário ser mais resolutiva e está propondo os devidos encaminhamentos para a CT-ECLET. Questionou para os representantes da FR se tem algum encaminhamento que pode ser assumido hoje, mediante os debates aqui registrados, como atualização dos projetos, prazo para contratação da empresa, atestado de Competência Técnica da empresa a ser contratada, termo de anuência etc.

Após debate, ficou definido que a FR irá apresentar na próxima reunião ordinária o escopo geral do projeto de restauro dos imóveis tombados em Barra Longa.

A sra. Laura informou que em relação aos outros imóveis não tombados, alguns

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	<p>proprietários já executaram as obras, sendo que a obrigação já se perdeu, e registrou que gostaria de saber qual é o posicionamento político sobre essa situação.</p> <p>A coordenadora Mariana informou que além de constar em ata, também será enviado para a FR um ofício constando todos os encaminhamentos feitos nesta reunião. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17h 23min.</p>
Encaminhamento: 66.4.	A CT-ECLET irá elaborar uma Nota Técnica a ser encaminhada ao CIF, com base nas orientações a serem recebidas do IAJ sobre os imóveis de Barra Longa.
Encaminhamento: 66.4.	A CT-ECLET irá agendar uma reunião conjunta com o IAJ, COMPAT, FR e a representante dos atingidos de Barra Longa para debater sobre os imóveis tombados de Barra Longa.
Encaminhamento: 66.4.	A FR irá apresentar na próxima reunião ordinária o escopo geral do Projeto de Restauração dos bens imóveis de Barra Longa.

Encerramento:	A coordenadora Mariana encerrou a reunião às 17h23min., agradecendo a presença de todos.
----------------------	--